

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº AVULSO

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE MAIO DE 2002

ANO XXVIII

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Marcos Isfer</i>

## *Representação Partidária*

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

## Proposta de Emenda Constitucional:

### PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º - Acrescenta o inciso XIII ao artigo 96 da Constituição do Estado:

“Art. 96...

XII - O presidente, o vice-presidente do Tribunal de Justiça e o corregedor geral de Justiça serão eleitos mediante eleição direta e secreta, por todos os membros do Tribunal e juízes vitalícios, a eles vinculados, inadmitida a reeleição para o mesmo cargo”

Art. 2º - Fica suprimido o inciso I do art. 99.

Art. 3º - Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

#### Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Hermes Fonseca, Marcos Isfer, Ricardo Chab, Orlando Pessuti, Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Zuk, José Maria Ferreira, Ângelo Vanhoni, Eli Ghellere, Waldyr Pugliesi, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Nelson Tureck, Serafina Carrilho, Algaci Tulio, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Alborghetti, Chico Noroeste, Neivo Beraldin e Pastor Edson Praczyk.

#### JUSTIFICATIVA:

A consolidação do Estado Democrático de Direito não pode prescindir da democratização interna de todas as instituições do Estado, notadamente daquele Poder responsável pela prestação da atividade jurisdicional. Em regra, as cúpulas dos tribunais tendem a enfeixar um poder decisório, tanto jurisdicional como administra-

tivo, exagerado. O presidente do Tribunal de Justiça é o chefe do Poder Judiciário do Estado, não apenas do Tribunal.

Assim, todos os órgãos daquele Poder não se vinculam por relação de subordinação hierárquica, mas apenas por escalonamento de instâncias, têm interesse na participação de escolha de seu dirigente máximo. A medida preconiza a prática democrática de que se reveste a escolha dos dirigentes dos diversos poderes e instituições, ampliando a participação dos membros do Poder Judiciário no sufrágio de seus representantes.

A eleição dos dirigentes do Tribunal não é matéria de natureza administrativa nem jurisdicional, é política, na medida em que está ligada a idéia de representação. Tendo em vista que a direção “preside” o Tribunal e não apenas o órgão especial.

Segundo o juiz de Direito Dr. Rogério Ribas, “essa alteração sem dúvida deixará o Poder Judiciário mais comprometido com propostas democráticas, que visem sua melhoria como um todo, proporcionando, ainda a indispensável transferência na condução dos destinos da Justiça, dado que os eleitos, face o compromisso que terão com todos os juízes, serão por certo melhor fiscalizados, em face das propostas e planos que apresentaram quando das candidaturas.

Trata-se de proposta afinada com a legitimidade democrática que deve vestir os chefes de Poder, traduzindo, antiga aspiração dos Magistrados, que vem lutando pelas transformações no Poder Judiciário tentando acabar com o nepotismo, propondo a eleição direta para direção, fim dos julgamentos secretos de magistrados envolvidos em problemas administrativos, fusão do Tribunal de Alçada ao Tribunal de Justiça, bem como a criação de créditos objetivos para a promoção e remoção dos magistrados.